

INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

INCLUSION IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: CHALLENGES AND POSSIBILITIES

¹ Ângela Perpétuo Avelar

² Adael Ayres dos Santos

RESUMO

O presente artigo, enquanto Trabalho de Conclusão de Curso, objetiva discutir acerca do processo de inclusão na educação infantil, no viés das práticas pedagógicas. Em virtude do número crescente de crianças com necessidade especial ingressando em turmas regulares na educação infantil, se faz necessário a possibilidade de acessibilidade da escola, mas principalmente a formação dos profissionais de educação. Dessa forma, a sala de aula é um dos lugares de maior relevância na construção da sonhada inclusão. Além das dificuldades materiais encontradas nas escolas, para que essa inclusão aconteça, há um déficit na formação do capital humano. Embasando-me em teóricos da área, pretendo analisar estes desafios, bem como averiguar possibilidades cabíveis, mediante a reflexão crítica no intuito de traçar um novo caminho e quem sabe um novo caminhante.

Palavras-chave: Inclusão. Educação infantil. Educação especial. Formação de professores.

ABSTRACT

This article, as a Course Completion Work, aims to discuss the process of inclusion in early childhood education, from the point of view of pedagogical practices. Due to the growing number of children with special needs joining regular classes in early childhood education, the possibility of accessibility to the school is necessary, but mainly the training of education professionals. In this way, the classroom is one of the most relevant places in the construction of the dreamed inclusion. In addition to the material difficulties encountered in schools, for this inclusion to happen, there is a deficit in the formation of human capital. Based on theorists in the area, I intend to analyze these challenges, as well as investigate appropriate possibilities, through critical reflection in order to trace a new path and, who knows, a new walker.

Keywords: Inclusion. Child education. Special education. Teacher training.

1 INTRODUÇÃO

¹ Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-MG. Especialista em Ludoterapia e Educação Infantil pela Universidade Cândido Mendes.

² Graduando do 8º período do Curso de Pedagogia pela Faculdade FAVENI.

O número de crianças com algum tipo de necessidade especial, ingressando na escola regular de Educação Infantil está em ascendência, haja visto que desde 1961 há publicações no que tange à garantia de tal inclusão de forma adequada e humanizada, ou seja, não se restringindo a ter a criança matriculada sem o devido aparato pedagógico.

Esta garantia é assegurada nas LDBs (Leis de Diretrizes e Bases) que fundamentam a educação na sua totalidade, e em específico à educação inclusiva. A qual reafirma o direito das crianças e adolescentes com necessidades especiais à educação sem distinção. A LDB, no seu capítulo V, Da Educação Especial, parágrafo 3º, determina que: *“A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil”*.

Dessa forma, as crianças com necessidades especiais conquistaram o direito de serem incluídas nas escolas regulares, impulsionando o crescimento da demanda de alunos.

No entanto, esta demanda precisa ser pensada pela escola no que tange à preparação, tanto na questão da acessibilidade como também na formação dos profissionais da educação.

No cotidiano escolar, ainda existem instituições despreparadas, seja no aspecto concreto/físico ou humano; leia-se tanto os docentes, discentes e equipe de apoio. Assim, é necessário a transformação dos espaços educativos e da formação continuada dos professores que lidam diretamente com a diversidade humana, buscando recursos e métodos de ensino mais eficazes proporcionando a todos os alunos maiores condições de adaptação social, auxiliando a superar, pelo menos em parte, as dificuldades cotidianas.

Que a escola, enquanto espaço público e plural, não haja possibilidade em observar diferenças; tais como: cor, credo, raça, potencialidades, limites, etc. É preciso que a escola seja realmente um lugar de aprendizagem da cidadania.

Tal situação torna-se mais nítida na Educação Infantil, seja em virtude de que, uma grande parte das crianças não conseguem o diagnóstico adequado à própria limitação, fato que decorre de uma possível resistência dos familiares por não aceitar tal diagnóstico; ou limitações do sistema de saúde, que muitas vezes não comporta as solicitações de avaliação; o que dificulta o trabalho pedagógico.

Estes desafios, demonstram a necessidade de atualização do profissional da educação e equipe de apoio, no intuito de buscar possibilidades de promoção da inclusão propriamente dita, e garantir às crianças o direito à educação, respeitando a singularidade de cada ser, como nos diz o Referencial Curricular Nacional para

Educação Infantil (Brasil, 1998, p. 36): “O principal desafio da Escola Inclusiva é desenvolver uma Pedagogia centrada na criança, capaz de educar a todas, sem discriminação, respeitando suas diferenças”.

A partir desta problematização, o presente trabalho de conclusão de curso pretende discutir quais os desafios e possibilidades encontrados no processo de inclusão nas escolas regulares de Educação Infantil, buscando evidenciar através da prática pedagógica, caminhos para que essa inclusão aconteça. Propor uma reflexão sobre a temática, no sentido de averiguar possibilidades de soluções, as quais podem ser pautadas nos diálogos com estudiosos da área, como Drago, Mantoan, Viana, Vygotsky, entre outros. Dessa forma foi escolhido como metodologia a pesquisa bibliográfica, que permite ter uma visão mais ampla do objeto a ser estudado.

Alguns tópicos relevantes, foram encontrados para uma análise reflexiva sobre o processo de inclusão nas escolas regulares de Educação Infantil, utilizando-se do diálogo entre teoria e prática pedagógicas.

2 INCLUSÃO COMO DESAFIO

A Educação Especial no Brasil foi se modificando no decorrer das últimas décadas, debate-se acerca da necessidade de que as instituições de educação infantil incorporem de maneira integrada e inclusiva as funções de educar e cuidar, não mais diferenciando nem hierarquizando os profissionais e instituições que atuam com as crianças pequenas.

Se faz necessário ressaltar que a inclusão se concretiza a partir da incorporação dos alunos indistintamente, numa abertura de novos saberes e outras formas de ensinar e avaliar a aprendizagem.

Dessa forma, não se restringindo apenas à integração, mas a inclusão propriamente dita; ou seja, um conviver, uma cooperação, estar juntos com os demais, independente das particularidades de cada indivíduo.

Em épocas remotas, como na república velha, as pessoas com necessidades especiais não tinham acesso à escolarização por serem consideradas incapazes, conforme a legislação da época.

A atenção sobre o que foi considerado “anormal” pode ser identificada na literatura médica da época e na legislação educacional, que restringia a essa população o acesso à escolarização ou à instrução, como era tratada a Educação no período.

Esta conjuntura se modifica a partir da promulgação de Leis e LDBs, as quais exigem das instituições o cumprimento dos direitos das crianças, inclusive as com limitações. Tal cumprimento se embasa nas políticas públicas educacionais, que visam

a superação da segregação e discriminação, bem como assumem um compromisso de identificação e eliminação das possíveis barreiras à inclusão.

Inclusão, segundo Mantoan,

“é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós, para a autora, no ônibus e cinema é estar junto com, é aglomerar-se, incluir é interagir.” (Mantoan, 2017)

No entanto, as legislações não se cumprem, possivelmente pelos entraves e restrições no dia a dia escolar, haja visto que muitas escolas se atêm ao básico na educação. Ou seja, uma mera integração escolar; sem a dimensão biopsicossocial; modelo que pressupõe ações integradas e interdisciplinares; visando o desenvolvimento global do sujeito escolar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96 (Brasil, 1996) e o Plano Nacional de Educação (Didonet, 2000), buscam consolidar esses compromissos e apontam diretrizes à educação de alunos com necessidades educativas especiais. A LDB 9394/96, Artigo 59, Inciso I, preconiza e cita a questão da adaptação curricular da escola: *“Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades educativas especiais, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades”*.

Dessa forma, uma das possibilidades que vislumbro a priori, seria a superação da segregação e a discriminação, bem como assumir o compromisso com a identificação de tal proposta de escola inclusiva, a qual se perfaz mediante a eliminação das inúmeras barreiras à inclusão.

Tal proposta se concretizaria através das políticas públicas, as quais objetivam a formação continuada de professores, a adequação de ambientes escolares, a disponibilização de recursos para acessibilidade; ações imprescindíveis para a ruptura com o velho modelo de segregação.

Enfim, enquanto seres singulares, incomparáveis aos demais, já que nos diferenciamos a cada instante; haja visto que nos transformamos de forma contínua, assim não há como definir a pessoa como pronta e acabada. Dessa forma, se faz necessário a formação contínua e atualização de professores e equipe de apoio, no sentido de acompanhar estes sujeitos tão singulares.

Os professores devem entender os sentimentos de seus alunos e buscar soluções para as diversas dificuldades que estes apresentam, ou seja, preocupar-se com o aluno por inteiro, tendo sensibilidade para entendê-lo. Enfim, desenvolver ações que o valorizem, independentemente de seu grau de desenvolvimento. Precisa atentar-

se para as particularidades de aprendizagem de cada aluno, respeitando-os e atendendo-os como cidadãos capazes, detentores dos mesmos direitos dentro de uma sociedade igualitária.

O papel da educação é de criar condições para que a criança construa conhecimentos e se desenvolva enquanto cidadão conhecendo seus deveres e aprendendo a lutar pelos seus direitos. Somos diferentes, com características particulares e individuais em busca de aceitação, de parceria e de reconhecimento.

Apesar deste direito estar assegurado pela Constituição Federal, ainda persiste o estereótipo, a partir de um suposto atributo, embasado num diagnóstico, que não define a pessoa enquanto ser em construção. Ao contrário, há uma categorização de forma cabal, com um prognóstico rígido, desconsiderando a impermanência, ou seja, a capacidade de transformação.

Este cenário é desafiador, demonstra a necessidade de atualização do profissional da educação e equipe de apoio, no intuito de buscar possibilidades de promoção da inclusão propriamente dita, e garantir às crianças o direito à educação, respeitando a singularidade de cada ser, como nos diz o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (Brasil, 1998, p. 36): “*O principal desafio da Escola Inclusiva é desenvolver uma Pedagogia centrada na criança, capaz de educar a todas, sem discriminação, respeitando suas diferenças*”.

A partir desta problematização, o presente trabalho de conclusão de curso, pretende discutir quais os desafios e possibilidades encontrados no processo de inclusão nas escolas regulares de Educação Infantil, buscando evidenciar através da prática pedagógica, caminhos para que essa inclusão aconteça.

Propor uma reflexão sobre a temática, no sentido de averiguar possibilidades de soluções, as quais podem ser pautadas nos diálogos com estudiosos da área, como Drago, Mantoan, Viana, Vygotsky, entre outros.

Dessa forma foi escolhido como metodologia a pesquisa bibliográfica, que permiter uma visão mais ampla do objeto a ser estudado.

“O curso do desenvolvimento precede sempre o da aprendizagem. A aprendizagem segue sempre o desenvolvimento. Semelhante concepção não permitesequer colocar o problema do papel que podem desempenhar, no desenvolvimento, a aprendizagem e a maturação das funções ativadas no curso da aprendizagem. O desenvolvimento e a maturação destas funções representam um pressuposto e não um resultado da aprendizagem. A aprendizagem é uma superestruturado desenvolvimento, e essencialmente não existem intercâmbios entre os dois momentos.” (Vygotsky, 1998).

Esta citação de Vygotsky respalda o aspecto de singularidade de cada alunado, bem como as suas vicissitudes, ou seja, as variantes quanto ao aprendizado e as condições cognitivas e/ou emocionais no ato de aprender e desenvolver, enquanto cidadão. A ideia do déficit como uma limitação puramente quantitativa do desenvolvimento se opunha às novas ideias de Vygotsky. Ele acreditava que a criança com déficit não é simplesmente uma criança menos desenvolvida, mas alguém que se desenvolveu de um modo diferente. É a especificidade da estrutura biológica e psicológica, o tipo de desenvolvimento e de personalidade, e não aquilo que diferencia uma criança com e sem déficit.

2.1 As mudanças ocorridas no modelo familiar

A sociedade sofreu modificações ao longo dos anos, decorrentes das necessidades dos indivíduos em determinado período e espaço de tempo. As transformações ocorridas na sociedade são resultados do trabalho do homem ao modificar a natureza. Trabalho este que, envolve habilidade, conhecimento e competência, no qual o homem deposita, suas expectativas, refletindo sobre as possíveis alternativas, elaborando finalidades e consequências esperadas de maneira consciente. Através do trabalho, é possível identificar o contexto histórico de cada período na sociedade brasileira, destacando fatores externos como a política, a economia, a cultura, a educação, sintetizando a sua interferência nas relações sociais e entre os membros familiares. A partir dos fatores socioeconômicos no decorrer da história, a família em detrimento às transformações societárias das novas relações sociais, a qual dá origem ao sistema capitalista de produção, passa a adquirir novos conceitos perante a sociedade o que pode ser observado desde a colonização do Brasil, até os dias atuais. (ROCHA, 2006)

A instituição familiar, durante o Brasil Colônia e após sua independência, continuou a possuir na esfera social e cultural predominância de família patriarcal, constituída por pai, mãe e filhos ligados por laços de sangue. Aqueles filhos obtidos em relacionamentos não oficiais, como entre patrões e empregadas, eram tidos como bastardos, principalmente, se fossem meninas. Percebe-se, que as autoridades governamentais e a pequena elite que surgia no contexto não se interessavam pela situação vivenciada pela população mais desfavorecida em termos materiais. Tendo como preocupação, apenas as revoltas da população contra a situação de miséria e pobreza a que estavam submetidas, que poderiam colocar em risco o governo. Mais uma vez as crianças foram deixadas de lado, a mercê da sociedade, que persistia em explorá-las e inseri-las no mundo adulto. (ROCHA, 2006).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, artigo 226, capítulo 4º, a família é considerada a base da sociedade, sendo o Estado o maior responsável pela sua proteção. Porém, a partir dos anos de 1930 com a inicialização da Revolução Feminina o modelo de família começa a mudar. A mulher passa a ter direito ao voto, e a sair de casa para trabalhar nas indústrias, ocorrem inúmeras uniões informais (que não seguiam a doutrina da Igreja). Logo após a Declaração dos Direitos Humanos, através da Organização das Nações Unidas, estabeleceu-se o direito de liberdade para o casamento e igualdade na relação. A globalização trouxe mudanças societárias e inovações como a pílula anticoncepcional, que fez com que o casamento fosse dissociado da procriação. As pessoas passaram a modificar seus planos de vida, em primeiro lugar inserção no mercado de trabalho, em segundo o casamento, em terceiro a estabilidade social. Nos anos de 1998, com a legalização a Lei da Separação, as famílias tomam outra forma, aparece a presença do padrasto e da madrasta e, um número cada vez menor de filhos. (ROCHA, 2006, p. 39).

Com as várias mudanças culturais e societárias é possível citar hoje várias organizações familiares. A família patriarcal é a que se pode chamar de tradicional, formada por pai, mãe e filhos. A família monoparental é citada na Constituição Federal, Artigo 226, parágrafo 4º, como uma família formada por qualquer um dos genitores e seus descendentes. A família reconstituída é quando uma das partes envolvidas, mesmo tendo se envolvido em outra experiência conjugal, forma outro casal, podendo ou não obter a responsabilidade de seu descendente. E na contemporaneidade, famílias compostas por homossexuais, que lutam na justiça para ter seus filhos, mediante a adoção. (SILVA, 2005)

2.2 Inclusão na atualidade

Alguns tópicos relevantes, foram encontrados para uma análise reflexiva sobre o processo de inclusão nas escolas regulares de Educação Infantil, o qual utiliza-se do diálogo entre teoria e prática pedagógicas.

O professor, no sentido de atender a todos, precisa fazer um plano de ensino de acordo com a política de AEE, Atendimento Educacional Especializado. Tal atendimento visa complementar, suplementar o ensino cotidiano, quem sabe desenvolver a autonomia do aluno com este aparato.

Assim, percebe-se uma inclusão propriamente dita, uma vez que tanto os profissionais quanto os educandos foram estimulados na busca do saber de acordo com a capacidade e condição cognitiva de cada um, inserido na turma regular.

Dessa forma, o aprendizado proporciona o desenvolvimento dos educandos e

respeitando as singularidades existentes.

Percebe-se que o tema inclusão está sendo muito discutido nos últimos anos estão tratando o tema com um pouco mais de seriedade, nota-se também que o que mais se discute são formas de aproximar o poder público da sociedade e a discriminação sofrida pelas pessoas com deficiência no seu dia a dia, discriminação essa que muitas vezes promovida até de forma inocente por falta de conhecimento de como se referir a uma pessoa com deficiência, por este motivo orienta-se que quando for se referir ou se dirigir a uma pessoa com deficiência utilizar sempre o nome da pessoa para evitar constrangimento da pessoa com o mau uso de termos incorretos.

Hoje em dia esse processo de inclusão vem sendo melhorado e muito, os professores além de receberem formações complementares através das secretarias de educação, passam a receber uma matéria específica na grade curricular dos cursos superiores, principalmente o curso de Pedagogia, que é a matéria de Libras (Linguagem dos Surdos e Mudos), que já vai auxiliar e muito o professor em sala de aula caso venha a trabalhar com alunos com deficiência auditiva.

Como a pessoa com deficiência também é um ser humano como qualquer um, então não se pode permitir que sejam tratados de forma preconceituosa ou excluídas do convívio social onde todos têm esse direito constitucional, tem surgido muitas pessoas e grupos engajados na luta contra qualquer forma de discriminação e exclusão como a que ocorre com os portadores de deficiências.

Pessoas como Mantoan (2005, p. 24) que cita a escola como criadora de uma sociedade mais justa e dar oportunidade para todos. Segundo ela “Na escola inclusiva professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças”.

Hoje em dia é mais fácil uma criança conviver com as diferenças do que um adulto que já teve a sua mentalidade formada e quase sempre levando em consideração que o diferente é ruim, as crianças ainda estão em formação tanto corporal como sua mentalidade do que é certo e errado e como a escola é um local onde o aluno convive com todos os tipos de diferenças entre eles, por isso estão mais suscetíveis a aceitar as outras pessoas mesmo com suas diferenças, pois, na escola todos são iguais e recebem a mesma atenção, garantindo assim o direito de todos. (MANTOAN, 2005).

A Constituição de 88 (art.205) garante o acesso de todos a um ensino de qualidade, sendo que portadores de Necessidades Especiais devem receber um melhor atendimento que garanta ao aluno especial uma escola Regular com ensino de qualidade e de muito respeito com as diferenças e esse respeito às diferenças deve ser trabalhado desde dos anos iniciais nas escolas, para que as crianças já cresçam sabendo

respeitar as diferenças entre eles.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo visa compreender melhor o processo de inclusão dos alunos com deficiência nas escolas regulares e após os estudos e pesquisas nas obras citada na fundamentação teórica, pode ser observado que este processo iniciou se há muitos anos atrás e vem se modificando a cada ano buscando melhorar ainda mais esses atendimentos aos alunos com deficiências, porém, muito ainda precisa ser feito.

No estado do Mato Grosso percebe se que as escolas estão preparadas estruturalmente para receber esses alunos, porém, os profissionais contratados para atender esses alunos em especial são temporário o que dificulta muito o atendimento dos alunos com deficiência nas escolas, porque nem sempre os mesmos profissionais serão contratados no ano seguinte, pois, a escolha é feita através de processo seletivo no estado e nos municípios e o gasto com isso é muito alto, e para resolver esse problema o que deve ser feito para melhorar isso é a regulamentação do cargo denominado no estado de Mato Grosso como CAD (Cuidador de Alunos com Deficiências) e assim poderem realizar concursos públicos para esse cargo o que diminuiria e muito os gastos com formações para esses profissionais, pois, os mesmos sendo concursados permaneceram por muitos anos na rede e não precisara passar pelas mesmas formações todo ano, isso melhoraria muito o atendimento dos alunos com deficiências, pois, tanto a escola como a família terá a certeza que a criança estará na responsabilidade de um profissional com experiência e formação para desempenhar um bom trabalho com o aluno incluso levando-o a seu pleno desenvolvimento dentro da unidade escolar.

Ainda temos muito para avançar no que se refere ao processo de inclusão nas escolas regulares de Educação Infantil.

As dificuldades e empecilhos, vão além da falta de material, de acessibilidade, falta de professores, déficit na formação, os desafios são múltiplos apesar das legislações e avanços que já ocorreram.

A instituição escolar é um espaço de formação, as estratégias vão surgindo no cotidiano escolar. E implantadas na medida do possível e passível, seja no âmbito de recurso material e/ou humano.

No presente trabalho, foi esboçada a diferença entre integração e inclusão, enquanto a primeira se atém ao prescrito, de forma a introduzir alunados no contexto educacional. A segunda, em contrapartida acolhe, se desdobra de forma a criar oportunidade de inserção do aluno neste mesmo contexto educacional. Assim, é

perceptível que a integração se perfaz num modo de quantidade em detrimento da qualidade do modo de inclusão.

No entanto, é necessário que toda a equipe escolar esteja atenta às necessidades que se fazem presentes, bem como na disposição em exercitar a capacidade de desconstruir algumas ideias, aprender a ter uma escuta ativa e atuante, no que tange a vislumbrar soluções junto aos educandos.

A partir desta desconstrução, devemos procurar enfrentar os desafios, buscando melhorar cada vez mais esse processo de inclusão, através das práticas pedagógicas, das experiências entre os educandos, fatos que podem promover o avanço da inclusão.

Não existe um caminho, mas caminhos a se escolher, os quais nos remetem ao risco diante do ato de tomar decisões.

REFERÊNCIAS

AVELAR, A. P. **Pode a paralisia cerebral produzir movimentos subjetivos?** Belo Horizonte, 2005. Monografia de conclusão de curso. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

_____, A. P. **Importância dos jogos e brincadeiras na construção do sujeito no desenvolvimento da aprendizagem nos grupos dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS: Regate das brincadeiras tradicionais.** Guanhães, 2016

BRASIL. **Constituição Federal.** Brasília: Senado Federal, 1988a

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013.

DRAGO, R. Uma fresta na janela: A educação inclusiva. In: **Inclusão na educação infantil.** Rio de Janeiro, Wak Editora, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **A inclusão de crianças com deficiência na educação infantil.** Ministério da Educação, novembro de 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/revista44.pdf>. Acesso em 14 de agosto de 2022.

MANTOAN, M. T. E. **A Educação especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar.** Disponível em: Acesso em: 23 jan. 2017.

VIANA, J. M. Educação e cidadania começam na infância. IN: SOUSA, R. C. de.; BORGES, M. F. S. T. (orgs.). **A práxis na formação de educadores infantis.** Riode Janeiro: DP&A, 2002, p. 56.

VYGOTSKY, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In:

Vygotsky, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEF, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. Trad.: Maria da Penha Villa lobos. 6ª ed. São Paulo: Ícone, 1998. (Trabalho originalmente publicado em 1933).

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar. O que é? Por Quê?, Como Fazer?**. Editora Moderna. Campinas SP. Disponível em <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/<https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf?1473202907>>. Acesso em 27/12/2022 às 14:30 hs.

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, NBR 6023: Informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro 2006.

ROCHA, Nedna Aparecida Netto, A Dinâmica dos diferentes arranjos familiares, atendidos pela instituição “Educandário Menino Jesus de Praga”. Universidade de Uberaba, 2006. Monografia (Serviço Social)

SILVA, Célia Nunes. *et al.* Trabalho apresentado no Seminário Construção da Cidadania: Desdobramentos dos Atendimentos às vítimas de Violência pela SEDH/PR, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes – Subsecretaria de Direitos Humanos – através do Núcleo de Atendimentos às Vítimas de Crimes Violentos, BH, Life Empresarial – 2005.